



REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO
CONSELHO DE COORDENAÇÃO DA
AVALIAÇÃO
DA CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES DAS
FLORES

Elaborado por: Soulpartners, Assessoria Estratégica
e de Gestão, Ld.^a

Novembro de 2013



**REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO
DE COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO DA CÂMARA
MUNICIPAL DAS LAJES DAS FLORES**

O Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro, torna aplicável aos Municípios o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) e prevê no n.º 6 do artigo 21.º que o Presidente da Câmara Municipal, assegure a elaboração do Regulamento de Funcionamento do Conselho Coordenador da Avaliação.

Assim, no uso da competência que me é conferida, pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e nos termos do n.º 6 do artigo 21.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro, aprovo o Regulamento de Funcionamento do Conselho Coordenador da Avaliação da Câmara Municipal das Lajes das Flores.



Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

1. O presente regulamento define as competências, a composição e as regras de funcionamento do Conselho Coordenador da Avaliação (adiante designado por CCA) da Câmara Municipal das Lajes das Flores, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 21.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro.
2. O regime instituído no presente Regulamento aplica-se aos trabalhadores, bem como aos dirigentes, a exercer funções no Município das Lajes das Flores.

Artigo 2.º

Competências

O CCA é o órgão que funciona junto do Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores e tem as seguintes competências:

- a) Estabelecer directrizes para uma aplicação objectiva e harmónica do SIADAP 2 e do SIADAP 3, tendo em consideração os documentos que integram o ciclo de gestão referido no artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro;
- b) Estabelecer orientações gerais em matéria de fixação de objectivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objectivos;
- c) Estabelecer o número de objectivos e de competências a que se deve subordinar a avaliação de desempenho, podendo fazê-lo para todos os trabalhadores ou, quando se justifique, por unidade orgânica ou por carreira;
- d) Garantir o rigor e a diferenciação de desempenhos do SIADAP 2 e do SIADAP 3, cabendo-lhe validar as



avaliações de *Desempenho relevante* e *Desempenho inadequado*, bem como proceder ao reconhecimento de *Desempenho excelente*;

- e) Emitir parecer sobre os pedidos de apreciação das propostas de avaliação dos dirigentes avaliados;
- f) Exercer as demais competências que, por lei ou regulamento, lhe são cometidas.

Artigo 3.º

Composição

1. O CCA é presidido pelo Presidente da Câmara Municipal e integra os seguintes membros:

- a) Vereadores que exercem funções a tempo inteiro;
- b) Responsável pela área dos Recursos Humanos;

2. Nas faltas e impedimentos do Presidente, este é substituído pelo seu substituto legal;

3. O CCA pode designar, de entre os seus membros, um secretário, encarregue da elaboração das actas das reuniões e de todos os assuntos de expediente que o Presidente entenda nele delegar.

Artigo 4.º

Funções do Presidente

Ao Presidente do CCA compete:

- a) Representar o conselho;
- b) Convocar e presidir às reuniões do conselho;
- c) Promover o cumprimento das deliberações tomadas pelo mesmo órgão.



Artigo 5.º

Convocatórias das reuniões

1. As convocatórias devem indicar, a data, hora e local da reunião;
2. As convocatórias devem ser feitas por comunicação individual dirigida a cada um dos seus membros, com uma antecedência mínima de 5 dias.

Artigo 6.º

Periodicidade das reuniões

1. O CCA reúne ordinariamente:
 - a) Na segunda quinzena de Janeiro do ano imediatamente a seguir ao final do ciclo avaliativo, para proceder à análise das propostas de avaliação e à sua harmonização de forma a assegurar o cumprimento das percentagens relativas à diferenciação de desempenhos e iniciar o processo que conduz à validação dos Desempenhos relevantes e Desempenhos inadequados e de reconhecimento dos Desempenhos excelentes;
 - b) Na sequência das reuniões de avaliação entre avaliadores e avaliados, tendo em vista a validação dos Desempenhos relevantes e Desempenhos inadequados e de reconhecimento dos Desempenhos excelentes.
2. O CCA pode reunir extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação do Presidente ou a requerimento fundamentado, subscrito por pelo menos um terço dos seus membros, para, designadamente, emitir parecer sobre as reclamações dos avaliados, proceder à avaliação do desempenho nos casos de ausência de superior hierárquico, validar e harmonizar as notas superiores a Bom nos casos de avaliação extraordinária;
3. As reuniões do CCA são privadas.



Artigo 7.º

Ordem do dia e objecto de deliberação

1. A ordem de trabalhos de cada reunião é remetida a todos os membros, acompanhada pela documentação respectiva, juntamente com a convocatória;
2. Deve incluir, além dos assuntos a tratar obrigatoriamente, aqueles que, para esse fim e dentro das competências do CCA, forem indicados por escrito pelos seus membros com uma antecedência mínima de 10 dias da data da reunião;
3. Nada pode ser deliberado que não conste da ordem do dia, a menos que o CCA reconheça a urgência da deliberação por maioria de dois terços dos seus membros.

Artigo 8.º

Quórum

1. O CCA só pode deliberar na presença de dois terços dos seus membros;
2. Na falta do quórum previsto no número anterior, será, pelo Presidente, convocada nova reunião, com o intervalo de pelo menos quarenta e oito horas, com a mesma ordem do dia da anterior, sendo enviada nova convocatória;
3. A reunião em segunda convocatória realizar-se-á quando estiverem presentes, pelo menos, metade dos seus membros mais um;
4. Das reuniões não consumadas é lavrada acta com registo das presenças e ausências, bem como a marcação das faltas não justificadas.



Artigo 9.º

Votação e apuramento da maioria

1. A votação processa-se:
 - a) Nominalmente, salvo deliberação expressa ou determinação legal em contrário;
 - b) Por escrutínio secreto, quando as deliberações importem apreciações de comportamentos ou qualidade das pessoas, nomeadamente, a validação das avaliações finais iguais ou superiores a Muito Bom;
 - c) Por simples consenso, quando se trate de deliberações sobre assuntos de mero expediente, verificando o Presidente a falta de oposição;
2. É proibida a abstenção ou o voto em branco aos membros do CCA que estejam presentes nas reuniões;
3. As deliberações, salvo expressa previsão legal, são adoptadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes;
4. Em caso de empate:
 - a) Tratando-se de votação nominal, o Presidente tem a prerrogativa do voto de qualidade; ou
 - b) Tratando-se de votação por escrutínio secreto, é a mesma repetida, dando lugar a votação nominal na reunião imediatamente seguinte, caso subsista o empate.
5. O Presidente exerce o direito de voto em último lugar;
6. Os membros do CCA podem fazer constar da acta o seu voto de vencido e as razões que o fundamentam.



Artigo 10.º

Validação das propostas de avaliação final de desempenho inadequado e de desempenho relevante e reconhecimento de desempenho excelente

1. A validação das propostas de avaliação final, correspondentes a Desempenho Inadequado, é efectuada com base nos respectivos fundamentos, por parâmetro, apresentados pelo avaliador.
2. A validação das propostas de avaliação final, correspondentes a Desempenho Relevante, é efectuada com base na fundamentação apresentada pelo avaliador
3. A apreciação pelo CCA das propostas, do avaliador ou do avaliado, de reconhecimento de mérito significando Desempenho Excelente, é efectuada com base nos fundamentos apresentados pelo proponente, os quais devem analisar o impacte do desempenho e evidenciar os contributos relevantes para o serviço.
4. As percentagens que garantem a diferenciação dos desempenhos incidem sobre o número de trabalhadores, com aproximação por excesso, quando necessário, e devem, em regra, ser distribuídas proporcionalmente por todas as carreiras.

Artigo 11.º

Confidencialidade

Os princípios que obrigam à confidencialidade por parte dos membros do CCA, de acordo com o estabelecido no artigo 44.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, são os seguintes:

- a) O processo de avaliação do desempenho tem carácter confidencial, devendo os instrumentos de avaliação de cada trabalhador ser arquivados no respectivo processo individual;

- b) Todos os intervenientes no processo, excepto o avaliado, ficam obrigados ao dever de sigilo sobre a matéria;
- c) Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as menções qualitativas e respectiva quantificação quando fundamentam, no ano em que são atribuídas, a mudança de posição remuneratória na carreira ou a atribuição de prémio de desempenho são objecto de publicitação, bem como as menções qualitativas anteriores que tenham sido atribuídas e que contribuam para tal fundamentação.

Artigo 12.º

Dúvidas e omissões

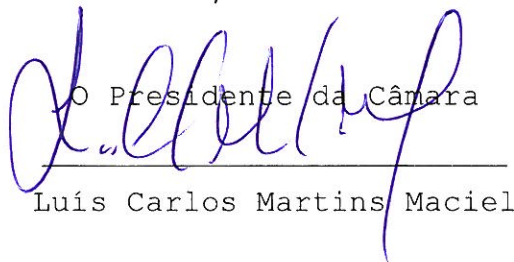
As dúvidas e omissões resultantes da aplicação do presente Regulamento serão resolvidas com recurso ao Código do Procedimento Administrativo, bem como à legislação relativa ao Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação.

Lajes das Flores, 5 de Novembro de 2013


O Presidente da Câmara
Luís Carlos Martins Maciel